



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

16 de Junho 2021

Angola quer relançamento do processo de paz no Sahara Ocidental

Nova Iorque - Angola instou, segunda-feira, em Nova Iorque, o Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas a apoiar "activamente" os esforços do secretário-geral da ONU, para relançar o processo de paz no Sahara Ocidental.

O Sahara Ocidental consta da lista das Nações Unidas como um dos 17 Territórios Não Autónomos do mundo, há aproximadamente 58 anos (desde Dezembro de 1963). Era ocupado pela Espanha, até 1975, ano em que cedeu o controlo administrativo do território ao Marrocos.

A Frente Polisário, que luta para a independência do território, proclamou a República Árabe Saharaui Democrática (RASD), em 27 de Fevereiro de 1976, com um governo no exílio, na Argélia.

Numa intervenção durante uma reunião do Comité de Descolonização, a representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, embaixadora Maria de Jesus Ferreira, considerou imprescindível a nomeação de um novo enviado da ONU para o Sahara Ocidental, a fim de acelerar a realização de um referendo para o povo saharauí.

Para a diplomata, negociações "directas e substantivas" entre a Frente Polisário e o Reino de Marrocos permitiriam ao povo saharauí exercer livre e democraticamente o seu direito à auto-determinação, por via de uma solução justa e duradoura, em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança da

ONU. "Angola une-se a todos os que promovem as iniciativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que visam devolver o direito à auto-determinação ao povo saharauí", declarou.

A embaixadora Maria de Jesus Ferreira enfatizou que o processo deve decorrer de forma pacífica e em cumprimento do direito internacional e do respeito pelas fronteiras herdadas do período colonial, conforme previsto no Acto Constitutivo da União Africana (UA).

Neste sentido, encorajou a implementação do Plano de Resolução da ONU e da Organização da União Africana (OUA), hoje União Africana, aceite por ambas as partes e aprovado pelo Conselho de Segurança, em 1990 e 1991, para a concretização do mandato da Missão das Nações Unidas para o referendo no Sahara Ocidental (MINURSO).

"A independência, soberania e unidade dos Estados representam direitos legítimos de todos os povos. No entanto, (...) nem todos os territórios beneficiam dos compromissos da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, conforme a Resolução 1514 da Assembleia Geral da ONU de 14 de Dezembro de 1960", sublinhou Maria de Jesus.

(ANGOP)++++

Embaixador Francisco da Cruz reafirma compromissos de Angola na CEEAC

Addis-Abeba - O Representante Permanente de Angola junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África, Francisco José da Cruz, reafirmou hoje, terça-feira, o total compromisso do país para com os propósitos da CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central).

A garantia foi transmitida durante uma audiência concedida a nova Representante da CEEAC junto da União Africana (UA), Rufina Obono, na Embaixada de Angola, em Addis-Abeba, na sequência das visitas de cortesia que a equato-guineense está a

efectuar as várias missões diplomáticas da comunidade acreditadas na Etiópia. De acordo com uma nota de imprensa da representação angolana na Etiópia chegada à ANGOP, entre outros assuntos, os dois interlocutores dialogaram sobre a presidência rotativa de Angola na comissão da CEEAC, e convergiram em ideias ligadas à Paz e Segurança, a relação entre as comunidades económicas regionais e a UA, assim como as reformas em curso na Comissão da União Africana.

O mandato de Rufina Obono junto da UA enquadra-se num processo de reformas no seio da CEEAC, cuja presidência rotativa da comissão é exercida, desde 2020, pelo angolano Gilberto Veríssimo, por um período de cinco anos.

No âmbito da presidência da Comissão do referido órgão, Francisco da Cruz, igualmente embaixador de Angola na Etiópia, recebeu, em Fevereiro de 2020, o anterior representante da CEEAC na UA, Ahmed Sene Achta.

Angola tornou-se membro titular da CEEAC em 1999, juntando-se ao Burundi, Camarões, Tchad, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, Congo, RDC, Rwanda e São Tomé e Príncipe. (ANGOP)++++

Segurança rodoviária é analisada quarta-feira

Luanda - O Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, preside, nesta quarta-feira, em Luanda, a I Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito (CNVOT) de 2021, para analisar a segurança rodoviária no país.

Segundo uma nota do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa dos Órgãos de Apoio ao Vice-presidente da República, chegada nesta terça-feira à ANGOP, durante o encontro, os participantes vão analisar o grau de execução da Estratégia Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária 2019-2022 e a criação de condições nos hospitais de referência para testes de álcool no sangue.

O encontro reserva também a avaliação de Angola no Processo de Integração Regional, no âmbito do Programa Tripartido e Facilitação de Trânsito.

Na última reunião, o CNVOT apreciou, entre outros documentos, as propostas de Regulamento sobre Medidas Redutoras de Velocidade e Acalmia do Tráfego, o Estatuto das Estradas Nacionais e o Plano Rodoviário de Angola.

Com a Proposta de Regulamento sobre Medidas Redutoras de Velocidade e Acalmia do Tráfego, pretende-se promover uma mobilidade sustentável em todo o país, em harmonia com os objectivos e metas e Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

O documento estabelece as regras aplicáveis à instalação e sinalização das vias, em conformidade com as medidas redutoras de velocidade e acalmia de tráfego. Para reforçar as medidas, serão instaladas rotundas e mini-rotundas, lombas redutoras de velocidade, redutores electrónicos de velocidade, bandas sonoras e tachões.

A Proposta de Estatuto das Estradas Nacionais, aplicáveis a estradas classificadas como nacionais no Plano Rodoviário de Angola, estabelece normas de utilização, zonas de protecção e o regime de sanções aplicáveis.

As disposições do Estatuto das Estradas Nacionais deverão aplicar-se a todos os utentes e ao público em geral que interferem na utilização e conservação das estradas nacionais e das suas zonas de protecção.

Já a Proposta do Plano Rodoviário de Angola, instrumento sectorial do Ordenamento do Território, visa definir a Rede Nacional de Estradas de Angola, sua classificação administrativa e gestão das infra-estruturas rodoviárias, tendo em conta o estágio de crescimento sócio-económico alcançado nas últimas décadas com a construção e reconstrução da malha rodoviária nacional.

De modo a adequar a Rede Nacional de Estradas de Angola às actuais condições de desenvolvimento do país, a Proposta do

Plano Rodoviário de Angola vem alterar o plano vigente, com a finalidade de melhorar a classificação administrativa das vias rodoviárias, estabelecendo normas para a sua gestão, imprimindo uma nova dinâmica e resposta apropriadas às solicitações do sector das infra-estruturas rodoviárias, tendo em conta a grande extensão territorial do país.

Além disso, o documento propõe um ajuste estrutural para uma nova classificação das vias rodoviárias de modo a adequarem-se ao panorama administrativo e às perspectivas de uma nova ordenação territorial.

Actualmente, a gestão, exploração e planeamento das vias rodoviárias é repartida entre o Instituto de Estradas de Angola (INEA) e as administrações municipais. Porém, tendo em conta o processo de descentralização administrativa e a implementação das Autarquias Locais, caberá às administrações municipais a gestão, exploração e planeamento das estradas municipais.

O objectivo é estabelecer a classificação administrativa das vias rodoviárias, criando normas para a sua gestão, imprimindo uma nova dinâmica e resposta adequada às solicitações do sector das infra-estruturas rodoviárias, e, sobretudo, garantir maior transparência e rigor na implementação das políticas de desenvolvimento e crescimento no sector das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

Criado ao abrigo do Decreto Presidencial 18/13 de 15 de Abril, o Conselho Nacional de Viação e Ordenamento do Trânsito é o órgão de consulta do Titular do Poder Executivo em matérias relativas à viação e ordenamento do trânsito a nível nacional.

Ao CNVOT compete, entre outras, promover a segurança e propor a aprovação de leis e medidas destinadas a solucionar problemas relacionados ao trânsito rodoviário. (ANGOP)++++

Conta Geral do Estado com mais de cem recomendações

Luanda - O parecer do Tribunal de Contas (TC) à Conta Geral do Estado (CGE) do exercício fiscal de 2019, entregue esta terça-feira ao Parlamento, tem mais de cem recomendações para

a melhoria da acção governativa. Após proceder a entrega do Relatório Parecer da CGE ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a veneranda juíza conselheira presidente do TC, Exalgina Gambôa, disse à imprensa que as recomendações decorrem das várias constatações verificadas.

Informou que as constatações são de carácter técnico e legal, para a melhoria do exercício do controlo externo que é feito pela Assembleia Nacional.

Exalgina Gambôa lembrou que o parecer do Tribunal de Contas é sempre técnico e não político, "portanto, reservamo-nos a emitir esse parecer técnico, que é entregue ao Parlamento, que faz a apreciação política", adiantou.

Por seu lado, a presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, informou que o prazo legal para aprovação da Conta Geral do Estado é até 30 de Junho.

"Estamos a receber o parecer só hoje, portanto vamos ter, pelo menos, cerca de um mês para apreciarmos a Conta, em presença do parecer do TC e seu agendamento deverá acontecer no mês de Julho", sublinhou.

Segundo a deputada, ao apreciarem a CGE têm que ter sempre em conta a transferência dos actos do Executivo na execução do Orçamento Geral do Estado (OGE).

A CGE é o conjunto de demonstrações financeiras, documentos de natureza contabilística, orçamental e financeira e relatórios de desempenho da gestão, correspondentes aos actos de gestão orçamental, financeira, patrimonial e operacional e a guarda de bens e valores públicos.

O documento compreende as contas de todos os órgãos da Administração Central e Local do Estado e dos Serviços, Institutos Públicos e Fundos Autónomos, bem como da Segurança Social e dos Órgãos de Soberania.

O Tribunal de Contas envia à AN o parecer sobre a Conta Geral do Estado juntamente com o relatório anual, que deve

conter uma síntese das deliberações jurisdicionais referente ao exercício financeiro em causa e propõe medidas a adoptar para melhorar a gestão financeira dos recursos públicos.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto do exercício económico de 2019 contemplou receitas e despesas estimadas em 10,3 mil milhões de kwanzas.

A Proposta de OGE desse ano foi revista com uma referência do preço do petróleo em 55 dólares o barril e substituiu a anterior, avaliada em 11,2 mil milhões de kwanzas, elaborada com base no preço do barril em 68 dólares. (ANGOP)++++

Fátima Jardim destaca incentivo à produção agrícola

Roma - A representante permanente de Angola junto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Maria de Fátima Jardim, disse, nesta terça-feira, que Angola tem priorizado o meio rural para incentivar a produção agrícola e diminuir as importações de alimentos.

Segundo Fátima Jardim, que falava na 42ª Conferência da FAO, a decorrer em Roma de 14 a 18 de Junho, as prioridades para o apoio da transformação agrícola no mundo rural estão inseridas no Programa Agrícola 2021-2022 e na Agenda Nacional 2025.

Fátima Jardim adiantou que os dois programas são "essenciais" para evitar-se os obstáculos do crescimento produtivo da agricultura e das pescas e visa também a melhor organização da vida no meio rural e a sua interdependência com as cidades.

Explicou que o Executivo está, igualmente, a apoiar as associações e cooperativas, em particular a agricultura familiar, criando condições para o incremento da produção agrícola e, em simultâneo, levar a cabo acções de formação para a mulher e os jovens nas escolas de campo.

Conforme Fátima Jardim, "a grande esperança para a transformação, modernização e o desenvolvimento agrícola recai na população rural jovem, que se motiva para enveredar pelo

empreendedorismo e o agro-negócio". O Governo, reforçou, tem alargado a experiência de centros integrados agrogeológicos em todas as províncias, para apoiar as famílias através de processos e normas adequados a dimensão dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030, com o objectivo de se combater a fome e a pobreza.

"O Governo apoia a agricultura familiar, associações e cooperativas de agricultores e trabalha para melhorar o escoamento dos produtos.

Também damos crédito a programas agro-industriais para aumentar a produção e o abastecimento. Consideramos a agro-ecologia, o uso de biotecnologias simples, o manejo do solo, da água e de novas energias renováveis e a descentralização dos Programas de Adaptação à Agricultura como elementos que contribuem para a melhoria da renda e produtividade das famílias", asseverou Fátima Jardim.

De acordo com Fátima Jardim, se está a desenvolver experiências com centros agro-geológicos integrados, para apoiar milhares de famílias. "Devem ser adaptados à dimensão integrada do desenvolvimento sustentável para combater à pobreza, à fome e melhorar a nutrição, garantindo níveis mais elevados de educação comunitária e o padrão de vida de nossas populações.

Precisamos adaptar as nossas capacidades, pois estamos impactando milhares de mulheres, jovens e crianças", reforçou. A diplomata angolana adiantou que a agricultura familiar é determinante para a produção agrícola e as mulheres desempenham um papel importante neste sector da economia.

"Porém, os instrumentos de produção são tradicionais, exigindo muito esforço, mas com baixa produtividade. A mecanização agrícola é, sem dúvida, a resposta ao crescimento e à aliança entre inclusão e aumento da produção.

A grande esperança de transformação, modernização e desenvolvimento agrícola está na população jovem do campo, motivada para o empreendedorismo e o agro-negócio", disse. Para Fátima Jardim, é importante a criação de modelos de fácil

acesso e municipais, com programas organizações integradas que envolvem agricultores, comerciantes e famílias no terreno. Estamos a trabalhar para fortalecer nossos programas nacionais para aumentar a resiliência do sistema alimentar.

Adiantou que Angola está a estudar uma estratégia integrada, com programas focados em sistemas agro-alimentares, florestais e de nutrição para se melhorar a governança integrada, levando ao aumento da produção, preservação da biodiversidade, gestão equilibrada e sustentável dos recursos e redução das emissões de gases de efeito estufa.

Para o efeito, avançou, programas locais descentralizados são importantes, mas o treinamento e a organização precisam do apoio da FAO, FIDA e PMA, como parceiros de desenvolvimento que incentivam iniciativas de desenvolvimento e parcerias público-privadas, para permitir a integração regional e a cooperação multilateral e global.

Fátima Jardim disse que "Angola dá a sua concordância à nova visão da organização" e deseja continuar a colaborar de forma estreita com o seu director-geral e beneficiar da sua assistência técnica.

Na sua óptica, a recente aprovação da iniciativa Mão na Mão pode ser um factor para a dinamizar a cooperação entre Angola e a FAO.

A embaixadora felicitou, por outro lado, a FAO pela elaboração do relatório sobre o estado da agricultura e a alimentação no mundo, que reflecte a situação preocupante em termos alimentares, com o número crescente de pessoas com fome e os efeitos das alterações climáticas.

Em relação as alterações climáticas, a diplomata defenderam a implementação do Acordo de Paris para atenuar-se os efeitos crescentes e dramáticos desse fenómeno causado em parte pela actividade humana.

A diplomata adiantou que o relatório revela ainda o muito que há por fazer para cumprir-se, até 2030, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, mas transmite, contudo, a

esperança de que será possível concretiza-los com o engajamento de todos. Fátima Jardim defendeu a pesquisa para a transformação da agricultura, sem se subestimar o conhecimento tradicional e a utilização das biotecnologias que podem contribuir para a melhoria dos rendimentos agrícolas, a actuação contra as pragas e as enfermidades e minimizar os efeitos da agricultura no ambiente.

Fátima Jardim agradeceu o director-geral da FAO, a Direcção de Emergências da FAO e o Governo da Bélgica pelo rápido apoio na gestão do modelo inovador de integração comunitária regional desse fenómeno, apontando para a necessidade da criação de Centros de Emergência em várias localidades sub-regionais, a fim de promover os estudos e manejo de pragas, o manejo da biodiversidade e adaptação às mudanças climáticas com agro-ecologia e a implementação de planos comunitários, monitoramento e informação.

A 42ª Conferência da FAO, que decorrer em formato virtual, está analisar, entre outros pontos, a "Situação Mundial da Alimentação e da Agricultura", questões jurídico-constitucionais da Organização, a nomeação dos membros para os seus comités e a admissão demais Observadores na Organização.

(ANGOE)++++

Fundo de crédito lança novas garantias

Luanda - O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) espera lançar, em breve, no mercado, quatro novas linhas (garantias), entre as quais para financiamentos pontuais de reforço operacional e assegurar o portfólio de micro-operações de promotores de projectos.

No quadro do alargamento das linhas, de acordo com o director Comercial e Marketing do FGC, Lourenço Filipe, estão previstas a emissão garantias de organização empresarial (apoio, com organização contabilística), legalização patrimonial (apoio em legalização/registo de património como terrenos e bens mobiliários).

Da carteira das novas linhas de garantia constam o apoio a micro-crédito (garantia de portfólio de micro-operações de financiamento) e tesouraria (garantias para financiamentos pontuais de reforço operacional).

"Temos nos deparado com boas iniciativas, mas com organização empresarial precária, em que há falta de organização financeira ou contabilista por parte dos promotores de projectos, sobretudo, de algumas empresas que operam de forma informal", justificou.

Lourenço Filipe, que falou, nesta terça-feira, por videoconferência sobre o Processo de Emissão de Garantia de Crédito, referiu que o FGC vai criar uma linha de apoios aos promotores de projectos nas referidas condições, para se organizarem.

No quadro do plano estratégico 2021/2025, a entidade pública quer contribuir para a consolidação do sistema nacional de garantias, melhorar o ciclo de gestão, fortalecer a diferenciação da oferta e presença no mercado.

Fez saber ainda que a instituição tem em carteira a implementação de um modelo de gestão de risco e compliance, bem como a acelerar a transformação digital, para a melhoria dos procedimentos.

Actualmente, o FGC tem activo duas garantias de apoio à produção, uma linha que dá suporte ao Prodesi, com operações ao abrigo do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) e o Aviso 10 do Banco Nacional de Angola (BNA), com limite máximo de 75%.

Outra garantia parcial emitida activa é o projecto de apoio a agricultura comercial, uma iniciativa sob implementação do Ministério da Agricultura e Pesca, com financiamento externo do Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com limite máximo de 65%, abrangendo as províncias de Malanje, Cuanza Norte e Cuanza Sul, com perspectiva de alargar-se a nível nacional.

O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) emitiu, de Janeiro a Dezembro de 2020, vinte garantias no valor de 21, 394 milhões

de kwanzas para financiamentos junto da banca. A garantia do FGC era para assegurar a disponibilidade de crédito da banca comercial, no valor de 29 213 milhões de kwanzas, a empresários.

Das 20 garantias emitidas, quatro processos fazem parte do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) e outros 16 ao abrigo do Aviso 10/20, de 3 de Abril do Banco Nacional de Angola (BNA).

Só para assegurar os quatro processos do PAC, o FGC teve de garantir mais de 4 323 milhões de kwanzas, para um financiamento de Kz 6 113 milhões. Para os projectos de financiamento à economia real, no âmbito do Aviso 10/20, a garantia foi de mais de 17 071 milhões de kwanzas, para um financiamento de 23 099 milhões de kwanzas, do conjunto de 16 processos aprovados.

Desde o início da sua actividade, em 2012, até 31 de Março de 2020, o FGC emitiu 476 garantias, num total de 110 935 milhões de kwanzas, para financiamentos na ordem de 167 212 milhões de kwanzas.

Destas, duas garantias pertencem ao Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), num total de 2 508 milhões de kwanzas, para financiamentos na ordem dos Kz 3 694 milhões.

As garantias de crédito facilitam o financiamento das micros, pequenas e médias empresas (MPME), para investimento em imobilizado corpóreo e para o reforço do fundo de maneo, bem como estimulam e fortalecem o espírito de empreendedorismo, fomento e formalização das actividades económicas. (ANGOP)+++

Angola e Indonésia criam Comissão Económica mista

Angola e a Indonésia podem assinar um acordo de Institucionalização da Comissão Económica Bilateral, durante a Reunião Bilateral sobre Consultas Políticas, a decorrer em Agosto deste ano, informou, ontem, em Luanda, o director da Direcção Ásia e Oceânia do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Camenha.

Em declarações à imprensa, à margem do Fórum Económico de Cooperação Angola e Indonésia, uma iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores de Angola e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Clemente Camenha referiu que a reunião bilateral de Agosto vai passar em revista os acordos assinados em 2017 e outras acções pendentes.

Segundo Clemente Camenha, actualmente Angola tem trabalhado com a República da Indonésia no sentido de os acordos assinados saírem do papel para a prática. "Pretende-se que as relações sejam mais dinâmicas e que cresçam de forma sustentada", sublinhou.

O diplomata angolano lembrou que Angola e a Indonésia assinaram, em 2016, alguns instrumentos jurídicos, entre os quais um Acordo Geral de Cooperação Económica, Cultural, Científica e Técnica, um Acordo no domínio da isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço e um Acordo no domínio de Consultas Políticas. Foi, igualmente, assinado um Acordo entre as Câmaras do Comércio dos dois países.

Clemente Camenha lembrou, ainda, que em 2018 registou-se uma troca de mensagens entre os Chefes de Estado dos dois

países, cujo conteúdo incidiu, sobretudo, na necessidade do reforço das relações bilaterais. "Daí a razão da realização do Fórum Económico de Cooperação Angola e Indonésia, de forma a dar ênfase nestes acordos já assinados", sublinhou o diplomata, que reconheceu que o fórum vai sustentar a velocidade nas pretensões dos dois países e quiçá levar o empresariado nacional para a Indonésia e vice-versa.

Relações comerciais

O Fórum Económico de Cooperação Angola e Indonésia, realizado no formato virtual, decorreu, segundo o quadro sénior do Ministério das Relações Exteriores, no intuito de estreitar as relações entre os dois países, com particular enfoque no desenvolvimento de infra-estruturas e outras indústrias estratégicas.

Em relação a este aspecto, o director da Direcção Ásia e Oceânia sublinhou que Angola pretende trazer para o mercado nacional o empresariado indonésio, pois, "o país está numa fase da diversificação da economia, com a implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), de formas a não depender apenas das receitas do petróleo".

"A Indonésia tem muito para oferecer-nos quer do ponto de vista do conhecimento, da tecnologia e de investimentos directos à nossa economia", garantiu o diplomata.

Participaram no evento representantes do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território e da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX).

Do lado da Indonésia, esteve o director geral para a Ásia, Pacífico e Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, embaixador Abdul Kadir Jailan, que garantiu maior empenho no reforço da cooperação.

Participaram ainda cerca de 30 empresas da Indonésia, das quais uma dezena pretende investir em Angola nos vários domínios, com destaque para o sector da Construção. (J.A)++++

Especialistas em debate sobre a dislexia

Especialistas angolanos, brasileiros e portugueses participam, hoje, a partir das 14 horas, num webinar sobre "A dislexia na Primeira Infância: manifestações e intervenção do Educador na integração escolar", numa iniciativa do Gabinete da Primeira-Dama da República, em parceria com a Faculdade de Serviço Social (da Universidade de Luanda), Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (Portugal) e o apoio do Gabinete de Quadros da Presidência da República.

Este segundo webinar abordará temas como "A intervenção educativa em dislexia: modelos praticados em Portugal e no Brasil", "Avaliação e intervenção precoce em crianças de risco para transtornos específicos de aprendizagem", "As perturbações específicas da aprendizagem na terapia da fala em Angola" e "Dislexia na 1ª Infância: desafios no contexto angolano", entre outros.

O evento destina-se a todas as pessoas que intervêm directa ou indirectamente na inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, nomeadamente, educadores da primeira infância, psicólogos, sociólogos, educadores sociais, professores universitários, investigadores, instituições públicas e privadas, bem como ONG's.

Considerada uma perturbação da aprendizagem, a dislexia é caracterizada pela dificuldade de leitura. Os especialistas apontam que os disléxicos têm limitações significativas na participação escolar e apresentam como principais sintomas a dificuldade em pronunciar correctamente as palavras, ler rapidamente, escrever palavras à mão, bem como compreender aquilo que se está a ler.

O primeiro webinar realizou-se em Maio e teve como tema "O papel do Educador da 1ª Infância na identificação de necessidades educativas especiais do espectro do autismo: sinais e alertas".

O terceiro webinar intitulado "A sobredotação em crianças e jovens: como identificar e integrar", terá lugar no mês de

Julho. Com a realização dos três webinars pretende-se promover a recolha dos termos de referência para a edição de 2021 do Ciclo de Conferências "Educar para a Cidadania".

Os webinars permitirão, de igual modo, produzir conhecimento teórico e prático sobre o papel dos profissionais de educação especial na 1ª Infância no contexto da realidade angolana e lançar as bases para a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas na formação de profissionais qualificados e habilitados para intervir ao nível das necessidades educativas especiais.

Têm ainda como objectivo dar a conhecer aos decisores políticos as necessidades particulares das crianças que tenham dislexia, alertando, assim, para a necessidade de se delinear políticas públicas educativas e familiares de apoio à educação inclusiva em Angola. Cada webinar está focado nos temas-chave da Conferência deste ano, nomeadamente, intervenção ao nível do autismo, dislexia e sobredotação.

Os interessados podem encontrar mais informações sobre os webinars "Por uma Escola Inclusiva: intervenção ao nível do autismo, dislexia e sobredotação" no website: www.educarparacidadania.ao. (J.A)++++

Mercado cambial regista avanços

O mercado cambial angolano conheceu, nos últimos anos, um profundo ajustamento, com a introdução de um regime de taxa de câmbio mais flexível, medida que o tornou mais transparente e previsível, além de o valor da moeda nacional passar a estar mais em linha com as condições do mercado, segundo indicou, na segunda-feira, em Luanda, o ministro de Estado para a Coordenação Económica.

Manuel Nunes Júnior lembrou também que a diferença entre a taxa de câmbio oficial do dólar norte-americano e a prevalecente no mercado paralelo, que em 2017 era de 150 por cento está, actualmente, em 4,0 por cento, enquanto que para o euro a diferença é de apenas 0,5 por cento.

"A taxa de câmbio já atingiu o seu valor de equilíbrio ou está muito próxima disso e tem-se mantido estável nos últimos meses. Trata-se, na verdade, de um avanço muito significativo", afirmou.

O ministro de Estado disse mesmo que o ajustamento do mercado cambial é uma medida de grande alcance estratégico no que respeita a mudança da estrutura económica de Angola.

"Temos dito muitas vezes que precisamos de diminuir a nossa dependência do sector petrolífero. O ajustamento do mercado cambial é uma medida que se insere claramente nesta estratégia, pois torna o nosso mercado mais atractivo para o investimento, quer nacional como estrangeiro", reiterou.

Produção nacional

Um outro dado avançado por Manuel Nunes Júnior é a aposta na produção nacional fora do sector petrolífero, tida como medida mais apropriada para se evitar que o país viva crises cíclicas sistemáticas derivadas das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

Por isso, acrescentou, está-se a desenvolver o PRODESI e no âmbito deste Programa trabalha-se para aumentar a competitividade da produção nacional, sobretudo para alguns produtos essenciais ao consumo das populações.

"Estamos a implementar medidas para que a produção nacional destes produtos alcance níveis de auto-suficiência em relação ao consumo interno, diminuindo ou eliminando nos próximos anos a importação dos mesmos", reiterou. Segundo o ministro Manuel Nunes Júnior, os resultados no domínio do Programa já começam a ser visíveis.

Por exemplo, citou, em 2020, não obstante o país ter conhecido ao nível global uma contracção de cerca de 5,0 por cento do Produto Interno Bruto, o sector da Agricultura conheceu um crescimento de 5,6 por cento, o que é um facto a todos os títulos notável, por ter ocorrido num ano extremamente difícil para todo o mundo.

Por outro lado, referiu, é importante, igualmente, ressaltar que as importações no ano passado tiveram em geral uma contracção na ordem de 34 por cento. No que diz respeito aos bens alimentares, a contracção das importações foi de cerca de 23 por cento.

Para ele, a diminuição das importações de bens alimentares é uma clara manifestação do efeito positivo das medidas de estímulo à economia que o país tem estado a desenvolver e que revela que o esforço que está a ser feito no sentido do aumento da produção nacional começar a dar frutos.

"O nosso grande objectivo é o de tornar as nossas empresas cada vez mais competitivas, capazes de produzir mais e melhor e de aumentar significativamente os níveis de emprego no país e por esta via aumentar também os níveis de rendimento e de bem-estar do povo angolano", detalhou.

Manuel Nunes Júnior disse também que "todo este esforço do Executivo, no sentido de restaurar os equilíbrios internos e externos da nossa economia, tem sido apoiado do ponto de vista técnico e financeiro pelo Fundo Monetário Internacional a partir de Dezembro de 2018, através de um Programa de financiamento ampliado que tem a duração de 3 anos".

Tal como reconhecido pelo FMI, o Programa tem sido conduzido de modo satisfatório. (J.A)++++

Covid-19: Comissão Multisectorial apela ao reforço das medidas nas fronteiras com a RDC

A Comissão Multisectorial de Combate e Prevenção Contra à Covid-19 recomendou nesta terça-feira (15), às comissões provinciais a prestarem mais atenção no controlo e circulação das pessoas ao longo das fronteiras com República Democrática do Congo.

Esta informação foi avançada à imprensa, pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Francisco Furtado, no final de uma reunião que decorreu, em Luanda.

Francisco Furtado assinalou que o facto de o país estar a registar uma ligeira descida dos casos, é fundamental o redobrar das medidas de protecção individual e colectivas em curso à luz do Decreto Presidencial que estabelece a Situação de Calamidade Pública.

O Chefe de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República Covid-19 reiterou que a Covid-19 é uma doença que mata. Acrescentou que as pessoas devem evitar as aglomerações nos óbitos para evitar a contaminação. "Estamos a ter mortes desnecessárias que podiam ser evitadas"

O também coordenador da Comissão Multisectorial entende que deve-se trabalhar mais a nível das administrações municipais e comissões provinciais com fito de se reduzir as mortes devido à Covid-19 e estancar os números altos de infecções registadas nos últimos tempos.

"É preciso que os cidadãos adiram a vacinação. Temos constatados que nos fins de semana há uma redução significativa aos postos de imunização", disse Francisco Furtado. (J.A)++++

Presidente da CNE exige imparcialidade

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Manuel Pereira da Silva, realçou a independência e imparcialidade que devem observar os designados para as funções de comissários eleitorais aos mais variados níveis.

Manuel Pereira da Silva falava no acto de empossamento do novo comissário eleitoral, João Pedro Soares, que substitui o malgrado Simão Cambongo, falecido há dois anos.

O responsável referiu que o processo iniciado em Malanje vai acontecer um pouco por todo o território nacional, no preenchimento das vagas existentes.

Tendo em conta a aproximação de mais um exercício eleitoral no país, a acontecer no próximo ano, Manuel Pereira da Silva chamou a atenção para o redobrar de esforços face a responsabilidade que o acto representa para a vida política do país.

O novo comissário, João Pedro Soares, disse que vai primar pela isenção e o respeito às leis para melhor desempenho das novas responsabilidades. *(J.A)++++*

PRODESI aplica 650 mil milhões de kwanzas em projectos

O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), lançado em Julho de 2018, apoiou até aqui 787 projectos com 650 mil milhões de kwanzas, equivalentes a mais de mil milhões de dólares, de acordo com números avançados, na segunda-feira, em Luanda, pelo ministro da Economia e Planeamento.

Sérgio dos Santos, durante a conferência de imprensa da Equipa Económica do Governo, fez saber que em cada 10 projectos que dão entrada na banca comercial, seis (6) são aprovados, o que revela um grau de cumprimento de 60 por cento, mas que ainda assim se pretende aumentar a sua eficiência e resultados efectivos.

Na ocasião, o ministro aproveitou reiterar a aposta do Executivo na geração de emprego, tendo reconhecido que a taxa de crescimento da população é ainda superior ao da criação de empregos, embora, até Maio deste ano, a taxa de desemprego reduziu em 0,1 por cento ao passar de 30,6 para 30,5 por cento, recorrendo a dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

(J.A)++++